

Biment
Cota Cu
Mpi
F.
F. Guilhermino
A. Costa
J. P.
C.

ACTA DA TERCEIRA REUNIÃO ENTRE A COMISSÃO TÉCNICA DE
ACOMPANHAMENTO (adiante designada por CTA) E A EQUIPA TÉCNICA RESPONSÁVEL
PELA ELABORAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Ao décimo segundo dia do mês de Junho do ano de dois mil e seis realizou-se no Edifício da Caixa de Crédito Agrícola, a terceira Reunião Técnica de Acompanhamento do processo de revisão do Plano Director Municipal.

-----A referida reunião teve início pelas dez horas e trinta minutos, registando-se a presença dos seguintes representantes das Entidades adiante indicadas: -----

Pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – Sr.^a Eng.^a Alice Azenha e Sr. Eng.^o Armando Basso -----

Pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro: Sr.^a Eng.^a Maria José Cardoso Sucena-----

Pelo EP - Estradas de Portugal: Sr.^a Eng.^a Ângela Maria Pereira de Sá e Sr. Dr. António Manuel Brito Moreira-----

Pelo ICN - Instituto da Conservação da Natureza: Sr. Eng.^o Carlos Domingues Ângelo; -----

Pelo Ministério da Economia - Direcção Regional do Centro: Sr. Eng.^o António Cerveira; Sr.^a Eng.^a Rosa Isabel Brito Oliveira Garcia -----

Pela DRABL Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral: Sr. Eng.^o António Elísio Marques Godinho-----

Pela DGRF - Direcção Geral de Recursos Florestas: Sr.^a Eng.^a Teresa de Lurdes Pires Serra-----

Pela DREC - Direcção Regional de Educação Centro: Sr. Dr. Jorge Manuel Pereira Nazareth Pinheiro -----

Pelo Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil: Sr.^a Dr.^a Margarida Rosa Guedes -----

Pela REFER - Rede Ferroviária Nacional EP: Sr. Eng.^o Ricardo Bastos Moreira-----

Como Entidades convidadas: Pela Câmara Municipal de Anadia, o Sr. Arq. Adelino da Silva Neves, pela Câmara Municipal de Aveiro Sr. Arq.^o H. Tércio Guimarães, pela Câmara Municipal de Mortágua Sr. Vereador Victor Norte e pela Câmara Municipal de Oliveira do Bairro Sr. Eng.^o José Augusto Gonçalves-----

Pela Câmara Municipal de Águeda – Sr. Presidente da Câmara Municipal Sr. Dr. Gil Nadais; Sr. Vereador João Clemente; Sr. Vereador Jorge Almeida; -----

Pela Assembleia Municipal de Águeda: Presidente de Assembleia Sr. Dr. Paulo Matos-----

Estiveram também presentes, por parte da Câmara Municipal, os Técnicos responsáveis pela

elaboração do processo de revisão em curso, arquitecta Marlene Ferreira Marques, Directora do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística (DP-PGU), os Técnicos Superiores de Planeamento, Pedro Alexandre Ferreira Alves, Isabel Nogueira Belchior, Isaac Ribeiro da Costa(estagiário), os Técnicos de Sistemas de Informação Geográfica Miguel Ângelo Marques Tavares e Sofia Mónica Silva Costa (contratada), a Arquitecta Ana Alves da Costa (avanzada), o Engenheiro Florestal Fernando Pimenta (contratado) e a Bióloga Célia Laranjeira (Estagiária)-----

-----A sessão de trabalhos foi aberta através da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Gil Nadais, que iniciou a mesma referindo a grande importância da revisão do Plano bem como da sua abertura a todos os municípios e demais intervenientes no processo, agradecendo de seguida às entidades pela sua comparação. -----

De seguida a Presidente da Comissão Técnica de Acompanhamento, Eng.^a Maria José Sucena procedeu à leitura de ordem dos trabalhos da reunião da qual constam os seguintes itens: -----

1. Apresentação dos Estudos Prévios de Caracterização do PDM; -----
2. Apresentação da 1ª proposta de Desafecção da Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional; -----
3. Apresentação e Discussão da 1ª. Proposta de Ordenamento para o PDM e respectiva Proposta de Regulamento; -----
4. Apresentação das estratégias de intervenção e respectivas acções concretas para o concelho; -----
5. Visita a alguns locais do concelho para observação das características intrínsecas do território e observação dos problemas mais comuns do ponto de vista do ordenamento do território. -----

Pelo Dr. Pedro Alves foi feita uma apresentação, em suporte digital, tendo como objectivo principal a apresentação dos estudos sectoriais, elaborados até à data, pela Câmara. A apresentação focou essencialmente, nos seguintes aspectos: -----

- a) Diagnostico do Actual PDM-----
- b) Definição de Potencialidades e Constrangimentos -----
- c) Modelo Estratégico; -----
- d) Modelo Territorial; -----
- e) Proposta da Planta de Ordenamento; -----
- f) Proposta de Regulamento; -----

Na sequência da exposição efectuada, usou da palavra a Presidente da CTA, Sr.^aEng.^a Maria José, para referir a intenção da Câmara Municipal de Águeda no alargamento da CTA às seguintes

entidades: Direcção Regional do Turismo e Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil. Ao qual respondeu a Sr.^a Eng.^a Alice Azenha referindo que, apesar de possível ao abrigo da legislação em vigor, tal implica a renomeação da CTA podendo este ser um processo moroso, alertando igualmente para o facto de se poder, sempre que necessário, consultar entidades externas à CTA. – O representante da REFER solicitou uma alteração à acta da reunião anterior, no sentido de ficar registada a sua presença na referida reunião, tendo alertado para o novo Regime Jurídico Ferroviário (Decreto-Lei 276/2003, de 4 de Novembro). -----

A Sr.^a Eng.^a Maria José sugeriu que se fizessem as alterações e adendas à acta da última reunião. --- A representante do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil questionou sobre a possibilidade das entidades convidadas terem acesso à documentação em discussão, tendo realçado a importância do projecto agro-florestal proposto para Macieira de Alcôba, devido à problemática florestal em que este aglomerado se insere, tendo alertado ainda para que a ocupação do leito de cheias seja encarado com algum cuidado. -----

O Sr. Vereador da Câmara Municipal de Mortágua agradeceu o convite, tendo manifestado agrado na apresentação e trabalho elaborado pela equipa técnica salientando a importância da cooperação intermunicipal. -----

O representante da DRABL mencionou o facto de não ter visto o sector agrícola tratado na apresentação realizada não se observando a promoção do mesmo, ressaltando a importância deste sector para as comunidades, ao nível ambiental e de abastecimento dos mercados. -----

O Dr. Pedro Alves esclareceu que a componente agrícola pode não ter uma expressão imediata mas é uma preocupação intrínseca da presente revisão e que se encontra expressa particularmente nos modelos – estratégicos e territoriais, bem como na planta de ordenamento e regulamento propostos. -----

O Sr. Vereador da Câmara de Mortágua alertou para a necessidade de se ter em conta os erros cometidos pelos PDM's de 1ª geração e de se repensar a atitude perante a ocupação do espaço florestal (população versus restrições à ocupação do espaço florestal). Há que haver algum cuidado na defesa do espaço rural devendo as instituições serem flexíveis porque hoje já há uma consciência da importância do desenvolvimento sustentável. Alertou para a relevância das áreas agrícolas como entrave à progressão dos incêndios florestais. Referiu ainda algumas falhas existentes na legislação nomeadamente no que diz respeito às medidas de limpeza das matas (para o cumprimento das quais as câmaras terão de comprar "guerras" com os proprietários) sendo estas pouco eficazes no combate à progressão aérea dos incêndios. -----

O Sr. Eng.^o Pimenta referiu que relativamente ao sector florestal foram seguidas as orientações do

Plano Regional de Ordenamento Florestal e as medidas nele definidas. Evidenciou a preocupação tida na proposta do plano com a conversão das áreas ocupadas com eucalipto, através da plantação de outras espécies e/ou da redução da densidade da plantação. Referiu a dificuldade no cumprimento da legislação em vigor para a limpeza das matas e existência de projectos da autarquia associados para as áreas de maior risco de incêndio salientando a dificuldade associada ao facto de os terrenos serem de privados. -----

A Sr.^a Arq.ta Marlene Marques chamou a atenção para o facto de o PROF não se compatibilizar com a delimitação dos perímetros urbanos não havendo no seu regulamento qualquer salvaguarda deste aspecto-----

O Sr. Eng.^o Basso alertou para a aprovação do documento de usos compatíveis da REN, no qual se encontram previstos os usos susceptíveis de prejudicar os sistemas ecológicos, salientando o facto de haver PDM's mais restritivos que a própria lei. -----

O Sr. Dr. Pedro Alves acrescentou que o regulamento do PDM proposto teve já uma preocupação como o enquadramento do novo regime da REN. Solicitou ainda ao representante da DRABL a reanálise da georefenciação das manchas da RAN enviadas, em virtude dos problemas detectados pela equipa técnica. -----

De seguida o representante da DRABL colocou as seguintes questões: -----

- Em virtude de se ter criado aglomerados em todo o lado e, ao criar-se perímetros, tal vai originar incompatibilidades com a RAN e com as actividades agrícolas (ex. pecuária), vão-se querer manter estas situações ou, em alternativa, vão converter-se os aglomerados em aglomerados rurais? -----

- Relativamente à rede Natura 2000 como é que se vai fazer a sua transposição para o regulamento do PDM? -----

Relativamente à primeira questão o Sr. Dr. Pedro Alves referiu que: -----

- Foram definidos pequenos perímetros urbanos para os aglomerados existentes, não tendo havido ampliação, mas sim, a redefinição e requalificação dos mesmos; -----

-Não se pretende criar entraves às actividades agrícolas o que se encontra salvaguardado pela proposta de regulamento e ordenamento, as quais permitem que haja construções de apoio fora e na envolvente dos perímetros; -----

-Em certos casos o ideal seria não haver perímetros, no entanto receia-se que esta opção não se enquadre nas políticas defendidas pela CCDRC. -----

A Sr.^a Arq. Marlene Marques referiu a existência no concelho de aglomerados tão pequenos que poderiam não ter um perímetro definido. -----

Relativamente a este aspecto o representante da CCDRC acrescentou que não havendo perímetro urbano pode haver em regulamento salvaguardas relativamente às construções existentes e futuras. -----

Relativamente à segunda questão colocada pelo Sr. Eng.º António Godinho, o representante do ICN referiu que apenas é necessário transpor as orientações do PSRN2000, para uma forma mais próxima do regulamento do PDM; -----

O Sr. Dr. Pedro Alves mencionou a dificuldade da aplicação das normas, relativas à simbologia e sistematização gráfica a utilizar nos PDM's, definidas pela DGOTDU. -----

A Sr.ª. Eng.ª Alice Azenha esclareceu que as normas são apenas orientações, estando em curso a elaboração de um novo documento por parte da DGOTDU. -----

O Sr. Eng.º Basso chamou a atenção para o facto de o regulamento ser uma peça fundamental cuja elaboração deve ser bastante cuidada e precisa, e acompanhado por um jurista. -----

Neste âmbito, o Sr. Dr. Pedro Alves salientou a importância da presença de um jurista da DGOTDU nas reuniões com a CT A. -----

De seguida o representante da E.P. questionou os técnicos acerca da compatibilização entre o mapa do ruído e as faixas de protecção da Rede Rodoviária Nacional, salientando o facto de que a classe de espaço prevista na proposta de plano - espaço verde de protecção poder ter essa função e também a de protecção contra o ruído. -----

Neste contexto, o Sr. Dr. Pedro Alves referiu que o verde de protecção não tem essa função, no entanto, pode ser posteriormente criada uma nova classe, um espaço canal que faça essa salvaguarda. Aproveitou ainda para questionar a CTA acerca da possibilidade de se criar um espaço canal para a rede viária municipal. -----

Tendo a representante da CCDRC, Eng.ª Alice Azenha referido que o PDM pode criar esse espaço, e é soberano em o fazer, no entanto, também este não pode aparecer como uma condicionante, mas sim, como uma proposta. -----

O representante da CCDR-C alertou para a recente alteração à lei do ruído, e para o facto de no acompanhamento dos PDM's ser prática corrente só se identificarem as fontes poluidoras. -----

De seguida o Dr. Pedro Alves fez uma breve referência ao conteúdo dos estudos sectoriais entregues propondo, conjuntamente com a presidente da CTA, que os elementos da CTA se pronunciassem acerca destes, através de um documento escrito (com as alterações que devem estar contempladas na próxima versão da revisão, não só em termos territoriais mas também em termos estratégicos) até ao dia 30 de Julho do corrente ano, o que foi aceite por todos os elementos presentes. Para tal foram definidos os seguintes contactos para a entrega dos documentos em causa: maria.sucena @ccdrc.pt -Telef. 234 460 608 -----

Por ultimo usou da palavra a representante do Ministério da Economia focando os seguintes aspectos: -----

- Importância de salvaguardar as questões relativas à legalização das empresas existentes (art.º 24);
- A preocupação com a zona industrial de transição proposta porque esta é uma zona com algumas grandes industrias e a sua reconversão pode criar problemas para a área, uma vez que a reconversão/deslocalização das empresas não é simultânea; -----
- Necessidade de conciliação da zona extractiva com o concelho de Anadia; -----
- Conveniência da localização dos parques de sucata exclusivamente em zonas indústrias, uma vez que estes tendem a transformar-se, geralmente, em unidades industrias, devido ao sistema de compactação e tratamento de sucata que se lhe encontram associados. -----

Por ultimo o Sr. Dr Pedro Alves acrescentou que a definição da zona extractiva proposta, em virtude dos actuais problemas associados a esta, se encontrar actualmente sobreposta com o espaço florestal, que as unidade industriais existentes se encontram salvaguardadas nas propostas do plano, e que relativamente à realocização das industrias da zona de transição afirmou que terá de haver sempre uma situação transitória por não ser possível controlar o processo de transformação do território.

CCDR-C : Eng.^a Maria José Cardoso Sucena

.....*Maria Jose Cardoso Sucena*.....

IEP: Eng.^a Ângela Maria Pereira de Sá

.....*Angela Maria Pereira de Sa*.....

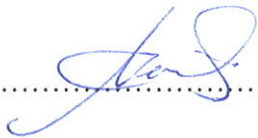
ICN: Eng.º. Carlos Ângelo

.....

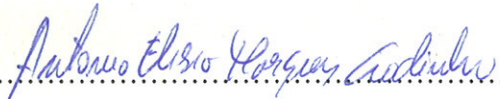
ME-DRC: Eng.^a. Rosa Isabel Brito Oliveira Garcia

.....

ME-DRC: Eng.º. António Cerveira

.....


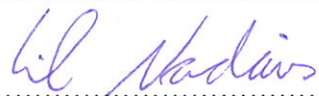
DRABL: Eng.º António Elísio Marques Godinho

.....


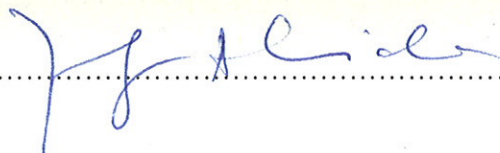
DGRF: Engª Teresa de Lurdes Pires Serra

.....

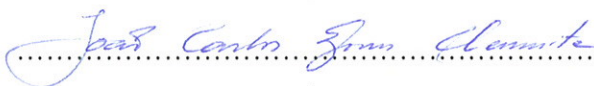

C.M.A. : PRESIDENTE DA CÂMARA – Dr. Gil Nadais

.....


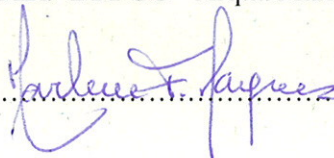
C.M.A.: VEREADOR – Enfermeiro Jorge Almeida

.....


C.M.A.: VEREADOR – João Clemente

.....


C.M.A.: DIR.ª DPPGU - Arq.ta Marlene Marques

.....


C.M.A.: TEC. SUPERIOR PLANEAMENTO - Dra. Isabel Belchior

.....


C.M.A.: TEC. SUPERIOR PLANEAMENTO – Dr. Pedro Alves

.....


C.M.A.: TEC. SUPERIOR PLANEAMENTO – Dr. Isaac Costa

Isaac Costa

C.M.A.: TEC. SIST. DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA – Eng.º Miguel Tavares

Miguel António Tavares

C.M.A.: TEC. SIST. DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA – Eng.ª Sofia Costa

Sofia Joice Silva Costa

C.M.A.: ARQUITECTA – Arq. Ana Costa

Ana Cristina Pinho dos Reis Alves da Costa

C.M.A.: ENGENHEIRO FLORESTAL – Eng.º Fernando Pimenta

Fernando Ricardo Pimenta

C.M.A.: BIÓLOGA – Dr.ª Célia Laranjeira

Célia Maria Pereira Laranjeira

S.N.B.P.C. – Dr.ª Margarida Rosa Guedes

Margarida Rosa Guedes

REFER – Eng.º Ricardo Moreira

Ricardo Gomes B. Moreira